

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 04/04/2016

- [Protegido por programa é assassinado em Itamaracá](#)
- [Crise política fecha 97 escolas e deixa 36 mil alunos sem aulas em Moçambique](#)
- [Salvador - Unicef mapeia áreas da capital onde jovens são mais vulneráveis](#)
- [AC - Professores indígenas fazem curso para ensinar crianças com deficiência](#)
- [TJ suspende autorização para cobrar mais de aluno com deficiência em SC](#)
- [Programa do Senado contribui para inclusão social de jovens de baixa renda](#)
- [CNJ Serviço - saiba como funciona o Cadastro Nacional da Adoção](#)
- [Polícia investiga desaparecimento de adolescentes no Cordeiro](#)
- [PIM é homenageado com o Prêmio Zilda Arns 2016](#)

Assunto: Protegido por programa é assassinado em Itamaracá

Fonte: Portal Folha PE

Data: 04/04/2016



Jovem de 15 anos estava no PPCAAM há um mês. É a primeira morte da rede de proteção.



Conselheiro Tutelar, André Torres: "Isso aponta, no mínimo, precariedade do programa"

O Governo do Estado vai acompanhar, a partir de hoje, as apurações do assassinato de um jovem de 15 anos que fazia parte do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). De acordo com a Polícia Militar, o crime foi praticado a facadas num campo de futebol na Ilha de Itamaracá, no Grande Recife, na noite do último sábado.

Informações preliminares apontam que o homicídio pode não ter relação com o motivo pelo qual o rapaz estaria sendo

protegido, o que ainda será averiguado pela Polícia Civil.

Pessoas ligadas à luta pelos direitos humanos, contudo, afirmam que, independentemente da motivação, o homicídio expõe supostas falhas da rede de amparo a vítimas e testemunhas, que vem sendo alvo de críticas nos últimos meses. Foi a primeira morte violenta sofrida por um inserido no programa em oito anos de atividades.

A inclusão do jovem havia ocorrido no dia 26 de fevereiro, a pedido da Vara da Infância e da Juventude de Alagoinha, no Agreste pernambucano. Ele saberia informações acerca de um crime cometido na cidade. Como ocorre com outros menores de idade protegidos, os pais e irmãos também foram integrados ao programa.

Segundo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), após o crime de anteontem, a família da vítima foi retirada e levada para um local onde tivesse a integridade física garantida. O número de atendidos pelo mecanismo de proteção no Estado não é divulgado por questões de segurança.

A coordenadora do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Deila Martins, destacou que a abordagem do programa envolve não só a transferência da vítima ou testemunha para um ambiente mais seguro, mas o acompanhamento de qualquer fator que possa incidir sobre a vida dessas pessoas e levá-las de volta a situações de risco, o que evidencia a preocupação com que o assassinato do adolescente deve ser encarada.

“É um fato que, sem dúvida, precisa ser apurado, independentemente das razões por trás disso. Um adolescente ser assassinado estando em proteção é algo muito delicado e mostra a fragilidade com que o programa vem sendo executado nos últimos meses”, afirma.

O militante na área de direitos da criança e adolescente e conselheiro tutelar André Torres também demonstrou preocupação com o homicídio. “O adolescente é incluído para não morrer e é assassinado. Isso aponta, no mínimo, a precariedade com que um programa com tamanha complexidade vem sendo tratado”, opinou.

Programa

Até janeiro deste ano, a coordenação do PPCAAM era feita pelo Gajop, que, na época, criticou a forma como o Governo encerrou o convênio, classificada como apressada, o que, na visão da instituição, poderia causar danos à estrutura operacional e técnica do programa. Já a SJDH esclareceu, na ocasião, que havia decidido agrupar numa mesma entidade executora todos os programas de proteção, passando o PPCAAM para outra organização social com o intuito de garantir maior otimização da gestão dos recursos e diminuir a possibilidade de descontinuidade das ações.

Estado diz que cumpriu etapas

Nenhum relato da necessidade de transferência da família do jovem da Ilha de Itamaracá ou qualquer indício de que ele estivesse sendo ameaçado chegaram à coordenação do PPCAAM. Foi o que garantiu a SJDH, que acrescentou que, além da mudança de ambiente, o rapaz vinha passando por todas as etapas do atendimento previsto nesses casos.

Em nota divulgada ontem, a pasta informou que uma equipe do programa havia visitado a família na terça e quarta-feira da semana passada, conforme documentação de diário de campo assinada pelos próprios responsáveis pela vítima.

O encontro faz parte de uma série de acompanhamentos semanais adotados para vítimas e testemunhas. Ainda conforme a secretaria, o rapaz e os irmãos estavam, inclusive, frequentando a escola.

A SJDH ainda informou que, após retirados de Itamaracá por conta do crime, os parentes do jovem receberam uma nova visita de acompanhamento ontem. Por fim, além de assegurar o acompanhamento da apuração dos fatos, o Governo do Estado lamentou o ocorrido e informou que já o comunicou à coordenação do PPCAAM nacional.

Assunto: Crise política fecha 97 escolas e deixa 36 mil alunos sem aulas em Moçambique

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 04/04/2016



Cerca de 36 mil alunos estão sem aulas e 97 escolas foram fechadas devido à crise política e militar em Moçambique, segundo dados do Ministério da Educação citados hoje (4) no jornal *O País*.

O levantamento do Ministério da Educação, realizado desde a segunda semana de março, indica que Sofala é a província mais afetada, com 38 escolas fechadas, seguida da Zambézia (27), Tete (25) e Manica (7).

“Estamos estudando alternativas para ver se é possível aproveitar as férias e retomar as aulas”, disse o ministro da pasta, Jorge Ferrão, citado pelo mesmo jornal, adiantando que outra opção será transferir os estudantes e suas famílias para áreas mais seguras.

Para o ministro da Educação, a questão dos números não é a mais relevante, mas ele destaca a necessidade de prevenir situações de risco para crianças que, depois de terem perdido este ano letivo, possam “não ter uma oportunidade no futuro”.

As últimas semanas têm sido marcadas por um agravamento da situação militar em Moçambique, com registros de confrontos entre as duas partes e de emboscadas atribuídas a homens da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) nas principais estradas do centro do país, atingindo viaturas militares e civis.

A Renamo exige governar nas seis províncias onde reivindica vitória eleitoral diz que só vai retomar o diálogo com mediação da África do Sul, União Europeia e da Igreja Católica.

Assunto: Salvador - Unicef mapeia áreas da capital onde jovens são mais vulneráveis

Fonte: Portal Andi

Data: 04/04/2016



O lugar mais perigoso para os jovens de 10 e 19 anos em Salvador, no ano passado, foi a região administrativa de Valéria, área periférica que abrange também bairros como Pirajá e Palestina. Ser criança ou adolescente nessa área representa risco bem superior em comparação a áreas nobres da capital, segundo um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que foi divulgado ontem.

A taxa de homicídios, na área da Valéria, em 2015, foi de 94,39 casos para cada 100 mil crianças e adolescentes. Isso representa um aumento de 7,5% nos casos em relação ao ano anterior, quando a taxa foi de 87,67. Enquanto isso, na região da prefeitura-bairro da Barra-Pituba, a mesma taxa foi de 14,28 mortes da idade observada.

Estes e outros dados inéditos fazem parte do Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência em Salvador, apresentado durante o Fórum Municipal Vozes da Cidade. Segundo o órgão da ONU, a iniciativa busca contribuir para a redução das desigualdades que afetam a vida das crianças e adolescentes em Salvador, onde, segundo o Censo de 2010, havia 425.477 pessoas entre 10 e 19 anos.

Promovido pelo Unicef, Prefeitura de Salvador, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e a ONG Avante, o evento para apresentar o diagnóstico é uma das iniciativas da Plataforma dos Centros Urbanos (PCU), que mapeia as desigualdades que afetam crianças e adolescentes em grandes centros urbanos.

Variações

Apesar dos altos índices de homicídios de jovens em Valéria, os números vinham caindo na região, que chegou a registrar taxa de 164,29 mortes por 100 mil habitantes dessa faixa etária em 2012. Na área administrativa havia, segundo o Censo 2010, 79 mil pessoas entre 10 e 19 anos. Em toda a cidade, também conforme o IBGE, eram 425 mil pessoas nessa faixa etária. O índice geral de homicídios entre jovens em Salvador ficou praticamente estável, entre 2014 e 2015 (subiu de 46 para 47,79), após reduções consideráveis nos anos anteriores. Em 2012, a taxa era de 93 casos, reduzindo para 72 em 2013, até cair para 46 em 2014.

No ano passado, porém, as regiões administrativas de Centro-Brotas, Liberdade-São Caetano e Pau da Lima registraram aumento da taxa de assassinatos entre crianças e adolescentes, mas a maior parte registrou queda. Os dados foram coletados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) junto ao SUS.

A Secretaria estadual da Segurança Pública (SSP) criticou o estudo divulgado pelo Unicef ao afirmar que os dados são defasados e contestou a divisão da pesquisa pelas áreas das

prefeituras-bairro. Além disso, ressaltou que os dados oficiais sobre homicídios são os apurados pela polícia baiana.

Outros indicadores

Além de analisar as taxas de homicídios nas dez áreas administrativas da cidade, outros dez indicadores auxiliam a plataforma a monitorar os direitos básicos das crianças e dos adolescentes.

Além da SMS, outros órgãos municipais participaram da análise de indicadores, utilizando metodologia de análise fornecida pela Unicef. “O nosso papel foi não só de articular as secretarias, mas, fundamentalmente, convidar os secretários a pensar esses indicadores nas suas desigualdades territoriais”, explicou Helena Oliveira, coordenadora do Unicef para a Bahia e Sergipe.

Para o secretário da Casa Civil, Luiz Carreira, os dados coletados são importantes para que a prefeitura possa elaborar um plano para mitigar as desigualdades entre as áreas da cidade. “Esse plano vai nos dar os instrumentos necessários para a formulação de políticas públicas que podem ser inseridas no planejamento global do município”, comentou Carreira. O Fórum contou também com a participação dos secretários Bruno Reis, da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps), e Guilherme Bellintani, da Secretaria Municipal de Educação (Smed).

Dos 11 indicadores da PCU, seis se relacionam com o direito de aprender. Um deles é a taxa de distorção entre a idade do jovem e a série na qual estuda. É considerado que o aluno está em distorção quando ele está atrasado dois anos ou mais nos estudos. “Normalmente, o aluno que abandona a escola é aquele que teve reprovações repetidas em vários anos de escolarização. Portanto, a redução da distorção idade-série era um desafio que a gente tinha e conseguimos reduzir de 39% para 36%”, revelou Bellintani. Ainda de acordo com o secretário, a redução aconteceu entre 2013 e 2015.

Neto defende educação básica para reduzir violência contra os jovens

O Fórum Municipal Vozes da Cidade contou ontem, na parte da tarde, com a presença do prefeito ACM Neto, que conversou com um grupo de jovens e recebeu um documento com problemas indicados por 1.265 adolescentes e 120 crianças na cidade, em setores como saúde, transporte, educação e segurança pública. No evento, realizado na Fundação Gregório de Mattos, no Centro, os jovens também forneceram propostas de soluções para alguns dos problemas. As demandas foram compiladas pelo projeto Vozes da Cidade, coordenado pela ONG Avante.

O prefeito elogiou a iniciativa e comentou sobre a importância de ouvir a população na formulação de políticas públicas. “Se tem uma coisa que eu procurei estimular muito na nossa equipe foi a capacidade de ouvir. Quem pode manifestar quais são as maiores necessidades é quem vive o dia a dia no bairro”, disse Neto, citando o projeto Salvador Bairro a Bairro, que realiza serviços da prefeitura baseado em consultas públicas feitas à população.

A segurança pública foi um dos temas recorrentes entre os adolescentes. Questionado diretamente sobre o alto índice de jovens negros assassinados na cidade, o prefeito defendeu mudanças na política de segurança adotada pelo estado. “O maior número de homicídios nesta cidade acontece com jovens negros que moram na periferia. É preciso, na minha opinião, uma

reestruturação completa da política de segurança pública por parte do governo”, considerou Neto.

O prefeito falou ainda da polícia. “A única política pública de segurança não pode ser a repressão policial. A atuação da polícia é um elemento chave, mas é preciso um conjunto de políticas sociais que aconteçam de maneira coordenada”, continuou. Como solução, Neto apontou uma boa política educacional. “Educação é o principal instrumento para combater a desigualdade social”, disse, atribuindo à pré-escola papel fundamental. “Salvador ainda tem uma dívida histórica com a primeira idade. Após 80 anos, a cidade oferecia 20 mil vagas para creche e pré-escola. Em dois anos, dobramos o número de vagas”, concluiu.

Ao todo, 163 bairros das 10 áreas administrativas delimitadas pelo município foram analisados no estudo.

Assunto: AC - Professores indígenas fazem curso para ensinar crianças com deficiência

Fonte: Portal Andi

Data: 04/04/2016



O avanço da política de educação especial no Brasil tem revelado experiências bem-sucedidas nas escolas indígenas. No interior do Acre, crianças e jovens com deficiência que não estudavam são levados às escolas das aldeias desde 2009, quando teve início um trabalho de formação de 300 professores indígenas. O primeiro passo é o convencimento e esclarecimento dos caciques de diferentes etnias sobre a legislação da educação especial e o direito dos indígenas com deficiência de frequentar as salas de aula comuns.

Na escola Ixubã Rabui Puyanawa, da aldeia dos poianauas, no município de Mâncio Lima, a 650 quilômetros da capital, Rio Branco, a professora Marcilene Porracai faz há três anos o atendimento de educação especial a oito alunos com deficiência, no turno oposto ao das aulas regulares. “Com o curso de formação, amor, carinho e respeito aos limites de cada um, eles vão aos poucos avançando e conseguindo passar de ano”, diz a professora.

Como há entre eles dois alunos surdos, Marcilene teve de aprender a língua brasileira de sinais (libras). Uma aluna surda, que está terminando o ensino médio, nunca teve contato com a libras. “A professora indígena da escola Ixubã Rabui se esforçou bastante e, durante três meses, precisou vir de uma distância de 35 quilômetros para chegar ao município de Cruzeiro do Sul e frequentar o curso de formação”, explica Darci Nicácio, coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão (Napi) da Secretaria de Educação do Acre. Com a nova língua inserida na comunidade, os poianauas serão políglotas. Além da língua indígena, as crianças aprendem português, inglês e, agora, libras.

Aos poucos, outras aldeias aderem à inclusão. A próxima será a escola Tamakaiã, da etnia catuquina, em Cruzeiro do Sul. “A articulação com os indígenas não é fácil, pois muitos deles nem falam português e precisamos de um intérprete para explicar a importância da inclusão, de não deixar ninguém fora da escola”, explica Úrsula Maria Maia, coordenadora de educação especial no estado.

Assistência

Na aldeia República, da etnia nuquini, também no município de Mâncio Lima, o professor indígena Marcos Costa Oliveira tem atuado no atendimento especial a crianças e jovens com algum tipo de deficiência. Na Escola Pedro Antônio de Oliveira, onde ele trabalha, cinco alunos apresentam deficiências distintas: um tem baixa visão e restrições de locomoção durante o dia em razão da luminosidade; outro tem daltonismo e os demais, deficiência motora, de fala e intelectual.

“Eu dou assistência a todos e faço o que posso”, diz o professor. “Pego até o barco para ir à casa de um dos alunos, que tem deficiência motora, e é muito difícil para ele vir à escola.”

O povo nuquini espalha-se por uma área vasta, e alguns alunos precisam vencer distâncias de até 3 quilômetros de rio para chegar à escola. A aldeia República segue o curso do rio Moa, afluente do Juruá, que deságua no Amazonas. Marcos acrescenta que há necessidade de um maior número de professores indígenas com formação especial para atender outras crianças e jovens com deficiência em outras aldeias. “Eu fiz o curso porque senti que o meu povo precisava de ajuda”, afirma. “Esses alunos com deficiência precisavam ser incluídos.”

Além de dar assistência aos estudantes, Marcos orienta os demais professores indígenas a prestar atenção nos alunos com dificuldade de aprendizagem. “Como é tudo muito novo para nós, eles precisam estar atentos aos alunos, observá-los para descobrir se há deficiências não percebidas ainda”, esclarece. “Esse processo todo nos faz refletir e respeitar as diferenças.”

Assunto: TJ suspende autorização para cobrar mais de aluno com deficiência em SC

Fonte: Portal Andi

Data: 04/04/2016



O desembargador Luis Zanelato suspendeu liminar da 2ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis que autoriza escolas particulares a cobrar anuidade para alunos com alguma deficiência. Zanelato acolheu um agravo de instrumento do município de Florianópolis à ação do Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina (Sinepe).

“Conseguimos suspender a decisão que determinava uma proibição para o município de Florianópolis de aplicar qualquer penalidade às escolas em razão da cobrança diferenciada, o que claramente afronta a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nenhum pai deve pagar a mais só porque seu filho é especial”, declarou o procurador-geral do Município, Alessandro Abreu.

Segundo o Sinepe, o valor da mensalidade maior para os portadores de necessidades especiais se justifica pelos custos do apoio pedagógico especializado.

O Sinepe explicou que a distinção no valor da anuidade para alunos especiais ainda não foi aplicada nas escolas particulares do estado, mas afirma que o dever de oferecer ensino gratuito é do estado, e não das instituições particulares.

Além disso, por meio de sua assessoria, o sindicato informou que, como a decisão tem caráter liminar e pode ser questionada, se pronunciará oficialmente após a conclusão do processo.

Polêmica

A decisão de autorizar a cobrança foi tomada pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis em 18 de fevereiro e gerou polêmica. A Comissão de Direito das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirmou na época que a decisão fere questões constitucionais e um entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em fevereiro, o Sinepe entrou com duas ações, uma contra o município de Florianópolis e outra contra o Estado de Santa Catarina. Nos processos, pediu autorização para que as escolas particulares, especialmente de ensino fundamental e médio, "definam um preço de anuidade escolar especificamente às pessoas com deficiência, integrando no quantum o custo do apoio pedagógico especializado".

O assessor jurídico do Sinepe Orídio Mendes Junior afirmou: "Na nossa ação, nós estamos dizendo que as escolas particulares têm essa obrigação de prestação de serviço e discutimos, exclusivamente, a quem incumbe a obrigação de pagamento", argumentou na época.

Assunto: Programa do Senado contribui para inclusão social de jovens de baixa renda

Fonte: Agência Senado

Data: 04/04/2016



O Senado receberá em maio 20 novos participantes do Programa Jovem Aprendiz, criado em 2014 para contribuir com a formação profissional de adolescentes de baixa renda. Atualmente, 78 estudantes prestam serviços em áreas administrativas da Casa. A intenção é que, futuramente, o programa ofereça a oportunidade de treinamento para 200 menores.



A Biblioteca do Senado é um dos setores em que trabalham os adolescentes beneficiados pelo Programa Jovem Aprendiz

O diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, James

Carvalho, explica que, durante os 24 meses de vigência do contrato, o adolescente estabelece os primeiros contatos com a realidade do mercado de trabalho e conhece o funcionamento do Poder Legislativo.

— O jovem pode se preparar para o mercado com todas as variáveis e dificuldades que poderá encontrar pela frente. Já para a Casa, institucionalmente falando, o jovem aprendiz tem um viés social muito interessante, por ser voltado para alunos de baixa renda — afirma.

Para participar do programa, o menor precisa ter entre 14 anos e 17 anos e 11 meses de idade; ser morador do Distrito Federal; estar matriculado, pelo menos, no 8º ano do ensino fundamental em escola da rede pública; e pertencer a uma família com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

Treinamento

De acordo com o chefe do Serviço de Estágio e gestor do Programa Jovem Aprendiz, Alexandre de Lana Silva, a chegada, em maio, dos novos aprendizes possui caráter de reposição, já que 20 — dos 98 alunos que atuavam na Casa em 2015 — deixaram de participar do projeto. Segundo ele, a maioria dos desligamentos foi motivada pela evasão escolar, o que configura o descumprimento de um dos critérios de participação.

— O ato que instituiu o programa no âmbito do Senado [Ato da Comissão Diretora 2/2014] exige que o aluno esteja matriculado, pelo menos, no 8º ano da escola pública. Caso o

adolescente reprova por nota, ele tem a chance de continuar inscrito. Mas se a reprovação for por falta, ocorre o desligamento — ressalta o gestor.

Segundo Lana, antes de chegarem ao Senado, os estudantes passam por treinamento presencial de um mês, ministrado pelo Centro Salesiano do Menor do Distrito Federal (Cesam), entidade parceira do Senado. Durante o curso, eles assistem a aulas teóricas com noções de administração, informática e arquivologia, entre outros temas.

No Senado, os estudantes são encaminhados a diversos setores da Casa, como a biblioteca, gráfica, arquivo e gabinetes, conforme a demanda de cada área. Os aprendizes cumprem jornada diária de quatro horas e são acompanhados por tutores.

— Cada setor designa um tutor, que vai acompanhar o trabalho do jovem aprendiz e será responsável pela distribuição das tarefas. O retorno que temos recebido tem sido muito positivo, tanto dos tutores quanto dos participantes. Há uma vontade muito grande por parte dos jovens em aprender e o reconhecimento da importância dessa oportunidade — afirma Alexandre de Lana Silva.

Cadastro

Entenda o projeto

 20 novos jovens aprendizes vão ingressar no Senado em maio deste ano (em caráter de reposição)	 98 será o total de aprendizes após a chegada dos novos alunos
Requisitos <ul style="list-style-type: none">• Ter entre 14 anos e 17 anos e 11 meses de idade• Ser morador do Distrito Federal• Estar matriculado, pelo menos, no 8º ano do ensino fundamental em escolas da rede pública• Pertencer a uma família com renda per capita inferior a meio salário mínimo	Benefícios <ul style="list-style-type: none">• Remuneração de um salário mínimo• Contrato com vigência de 24 meses• Vale-transporte• Vale-refeição• Carteira de trabalho assinada• Fundo de garantia e contribuição ao INSS• 13º salário e outros benefícios concedidos a empregados formais

Durante os dois anos de duração do contrato, os adolescentes recebem um salário mínimo, além de vale-transporte e vale-refeição, e têm a carteira de trabalho assinada, com pagamento de fundo de garantia e contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O jovem também tem direito a 13º salário e a todos os benefícios concedidos a empregados formais.

Para participar do programa, o estudante deve se cadastrar no Centro Salesiano do Menor do Distrito Federal, por meio do

site www.salesianos.br/ssas ou pelo telefone 61 3379-9200.

Após fazer o cadastro, ele entra na fila de espera e é chamado de acordo com a demanda por vagas. Se cumprir os requisitos necessários e fornecer os documentos solicitados, o candidato recebe uma visita domiciliar, feita por representantes da entidade, para comprovar a veracidade das informações fornecidas.

Assunto: CNJ Serviço - saiba como funciona o Cadastro Nacional da Adoção

Fonte: CNJ

Data: 04/04/2016



O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ferramenta digital de apoio aos juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos processos de adoção em todo o país, foi lançado em 2008 pela Corregedoria Nacional de Justiça. Em março de 2015, o CNA foi reformulado, simplificando operações e possibilitando um cruzamento de dados mais rápido e eficaz. Com a nova tecnologia, no momento em que um juiz insere os dados de uma criança no sistema, ele é informado automaticamente se há pretendentes na fila de adoção compatíveis com aquele perfil. O mesmo acontece se o magistrado cadastra um pretendente e há crianças que atendem àquelas características desejadas.



A automação no cruzamento de dados permite que o sistema encontre perfis de crianças e pretendentes que vivem em estados e regiões diferentes, o que desburocratiza o trabalho do magistrado e agiliza a efetivação das adoções. Mais de 6 mil crianças e cerca de 34 mil pretendentes estão cadastrados no CNA atualmente. Em 2015, foram realizadas 1.269 adoções no âmbito do CNA no país. O processo de adoção no Brasil leva, em média, um ano.

Os magistrados não precisam de mais do que cinco minutos para cadastrar crianças e pretendentes no CNA - são necessárias apenas 12 informações básicas para colocar os perfis na ferramenta. Por meio de um sistema de alertas, o juiz é informado automaticamente, via e-mail, sobre a existência de uma criança ou pretendente compatível com aquele perfil que ele acabou de registrar.

As corregedorias dos Tribunais de Justiça nos estados têm acesso às informações do CNA referentes a sua jurisdição, sendo também responsáveis pelo cadastro das Varas da Infância e da Juventude de cada Comarca e pelo fornecimento de senhas para que os juízes acessem e operem a ferramenta. Os pretendentes à adoção devem se habilitar na Vara da Infância e da Juventude de sua Comarca ou, inexistindo Vara Especializada, na Vara competente para o processo de adoção.

Todos os juízes, de todo país, têm acesso à relação e perfil de pretendentes e crianças cadastradas no CNA. O cadastro de cada pretendente é reavaliado obrigatoriamente, para atualização, a cada cinco anos. A baixa da inscrição no cadastro de crianças e adolescentes pode ocorrer por adoção, pelo fato de terem atingido 18 anos ou por óbito.

Assunto: Polícia investiga desaparecimento de adolescentes no Cordeiro

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 04/04/2016

jornal do  commercio

Brenda Ramalho, de 13 anos, e Alessandra Kunisck, de 14 anos saíram de casa para fazer um trabalho escolar.



Brenda Ramalho, de 13 anos, e Alessandra Kunisck, de 14 anos desapareceram neste domingo

A Polícia Civil investiga o desaparecimento de duas adolescentes desde o último domingo (3), no bairro do Cordeiro, na Região Metropolitana do Recife. Brenda Ramalho, 13 anos, e Alessandra Kunisck, 14, são amigas e de acordo com relato do pai de Brenda, César Ramalho, através da rede social Facebook, foram vistas por amigos pela última vez no condomínio Morada Recife Antigo, na Avenida Abdias de Carvalho, por volta das 17h30.

De acordo com a tia de Alessandra, Aline Kuniscki, a adolescente saiu de casa dizendo que ia fazer um trabalho escolar. “Elas não moram lá. Disseram aos pais que iam fazer um trabalho da escola. Os amigos disseram que elas saíram de lá e foram vistas ainda pela praça da frente do condomínio. Uma amiga delas me mandou um áudio dizendo que quando saíram de lá elas disseram que iam pegar um ônibus”, falou.

A família tentou telefonar, mas os celulares das adolescentes permanecem desligados.

O desaparecimento foi denunciado para Departamento de Polícia da criança e do Adolescente (DPCA). O delegado Ademir Oliveira investiga o caso. Quem tiver informações pode entrar em contato com a família através dos telefones 99137 9394 e 99708 8246.

Assunto: PIM é homenageado com o Prêmio Zilda Arns 2016

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 04/04/2016



O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) recebeu ontem (30) às 19 horas, a Medalha Zilda Arns. A homenagem foi feita durante o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância – Um Tributo a Zilda Arns, que é realizado até hoje, na cidade de Forquilha, em Santa Catarina. O evento é promovido pela prefeitura municipal de Forquilha, em parceria com a UNICEF e a Pastoral da Criança.

A equipe do PIM foi representada pela coordenadora adjunta, Gisele Silva, que também fará uma exposição das experiências do Primeira Infância Melhor, hoje às 13 horas.

“Nos sentimos muito honrados com a premiação e recebemos com gratidão e alegria essa medalha, pois sabemos do impacto da prática do PIM sobre a vida de tantas famílias, gestantes e crianças ao longo destes 13 anos de criação do Programa. Prêmios assim nos inspiram a seguir em frente, e fazer ainda mais e com mais dedicação a nossa tarefa de lutar pela proteção e garantia dos direitos das nossas crianças”, afirmou Gisele Silva.

Representantes de diversas entidades que atuam em prol da Primeira Infância como Abrinq, Frente Parlamentar da Primeira Infância, Fundação Xuxa Meneghel e Rede Não Bata, Eduque também participam do seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância.